

**ASPECTOS QUE INFLUENCIARAM A TRANSIÇÃO DA CONDIÇÃO DE  
EMPREGADO PARA A CONDIÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR NO  
MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS-RS**

**Joel da Luz Blas**

Titulação: Especialista em Agricultura Familiar e Meio Ambiente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul I – Uergs.

Identificação profissional: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs.  
Av. Antônio Ribeiro Branco, 1060 - Bairro Parque dos Rodeios CEP: 95200-000 – Vacaria – RS

E-mail: joel.blas@yahoo.com.br

**Ernane Ervino Pfuller**

Titulação: Eng. Agrônomo e Educador Físico - UFSM e Mestre em Agronomia - UFSM

Identificação profissional: Prof. da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs.  
Avenida Pioneiro Fiorentino Bacchi 311, centro, Sananduva, RS. Cep. 99840-000

E-mail: [pfuller.ernane@gmail.com](mailto:pfuller.ernane@gmail.com)

**RESUMO:** O trabalho foi realizado no Município de Monte Alegre dos Campos/RS, no período de março a dezembro de 2015 e buscou avaliar quais os aspectos que influenciaram a transição da condição de empregado para agricultor familiar e o impacto desta mudança sobre as condições socioeconômicas destas pessoas, bem como quais as condições ou motivos que mantêm este produtor na agricultura familiar. Para o levantamento de dados, utilizou-se um questionário pré-estruturado onde entrevistou-se cento e dois agricultores familiares assistidos pela Emater. A escolha da amostra contou com o apoio dos colaboradores da secretaria da agricultura, sindicato dos trabalhadores e empregados rurais e Emater local. Como resultado observou-se que o investimento familiar, o investimento após capitalização e o serviço da extensão rural foram os fatores que mais influenciaram a transição da situação de empregado para a situação de agricultor familiar. Os entrevistados que citaram a extensão rural como aspecto fundamental para a mudança de status social justificaram que nada adiantaria para eles terem terra e o capital sem terem o apoio técnico para desenvolver a atividade visto que a maior parte dos produtores tem baixa escolaridade. Comprovou-se ainda a influencia do acesso a tecnologia para a permanência dos agricultores familiares e seus sucessores na atividade. Por isso, sugere-se os governos invistam em políticas públicas para manter os produtores no campo. Como ações possíveis de manutenção dos mesmos na atividade agrícola cita-se: disponibilização de internet de boa qualidade, instalação de antenas para telefone, instalação de escolas técnicas rurais. Estas e outras políticas públicas podem auxiliar na qualificação dos agricultores e permitir que conquistem independência em sua atividade deixando, inclusive, de depender da extensão rural pública. Sugere-se ainda a criação de novas linhas de créditos, com subsidio ou fundo perdido, com foco nos produtores empreendedores que possam gerar maior valor agregado no campo e dinamizar a atividade local.

**Palavras-chave:** Transição social, Agricultor familiar. Extensão rural pública. Políticas públicas.

**ABSTRACT:** The study was conducted at county Monte Alegre dos Campos / RS, from March to December 2015 and aimed to evaluate which aspects that influenced the transition from employee status to family farmers and the impact of this change on the socio-economic conditions these people, and what conditions or reasons that keeps this producer in family farming. For data collection, we used a pre-structured questionnaire which was interviewed one hundred and two family farmers assisted by Emater. The choice of the sample had the support of the agriculture department's employees, workers union and rural workers and local Emater. As a result it was observed that the family investment, the investment after capitalization and the service of the extension were the factors that influenced the transition from employee status to the family farm situation. Respondents who cited the extension as a key aspect to the change of social status justified that no use for them to land and capital without having the technical support to develop the activity since most producers have low education. It was proved yet the influence of access to technology for the permanence of family farmers and their successors in the activity. Therefore, it is suggested that governments invest in public policy to keep farmers in the field. As possible actions to maintain them in agriculture is quoted: delivering good quality internet, installation of antennas for the phone, installation of rural technical schools. These and other public policies may help in the

training of farmers and allow conquer independence in their activity leaving even to rely on public extension. It is also suggested the creation of new credit lines, subsidies or repayable, focusing on producing entrepreneurs who can generate higher added value in the field and boost the local activity.

Key-words: Social transition, Family farmer. Public extension. Public policy.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Município de Monte Alegre dos Campos fica situado nos Campos de Cima da Serra, na região Nordeste do Estado do Rio grande do Sul, sua população é basicamente formada por cidadãos de origem portuguesa, italiana e existe ainda um pequeno grupo de poloneses. A colônia é dividida em 12 comunidades, sendo elas: Capelas São Francisco, São José, Nossa Senhora da Saúde, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Luz, Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora de Lourdes, Santa Catarina, São Sebastião, Santo Antônio, São Judas Tadeu e Martinho Lutero (Igreja Luterana).

A economia do Município está baseada principalmente em fruticultura e pecuária, sendo produzidos por ordem de importância: maçã (4º colocado no Estado), uva (15º colocado no Estado), pêra (2º colocado no Estado) e bovinos com 17.000 cabeças. Ainda produzem-se ameixa, figo, nectarina, pêsego, milho, feijão, soja e hortigranjeiros. A uva mais produzida é a Bordô e a Seibel, a pêra são Pachham's, William's, Clap's, Favorita, Danjou, Hosui e Red Bartlet, e as maçãs Gala e Fuji, sendo as mais cultivadas, havendo uma farta extensão de terras para o cultivo da fruticultura.

Segundo informações da secretaria da agricultura, sindicato dos trabalhadores e empregados rurais e Emater local, existe um número expressivo de produtores rurais no município que deixaram a condição de empregado em diversos setores exemplo trabalhador nos pomares de macieira em Vacaria/RS, ramo da metalurgia em Caxias do Sul, etc, tornando-se agricultores familiares.

Assim, o trabalho buscou avaliar quais os aspectos que influenciaram a transição da condição de empregado para agricultor familiar e o impacto desta mudança sobre as condições socioeconômicas destas pessoas, bem como quais as condições ou motivos que mantém este produtor na agricultura familiar no município de Monte Alegre dos Campos.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Visando contextualizar o tema do trabalho, buscou-se apresentar uma revisão sobre a agricultura familiar, agricultura familiar versus patronal, assistência técnica, extensão rural e a relação dos temas com desenvolvimento rural sustentável.

## **2.1 Agricultura familiar**

Agricultura vem sendo praticada, há dez mil anos. Apesar de nesse período ter havido grandes transformações, ela foi praticada de forma muito parecida com a que os índios praticam hoje ou como faziam os colonos até bem pouco tempo. A esse tipo de agricultura costumava-se chamar de modelo tradicional de produção, o qual é baseado em: uso do fogo, mão-de-obra e tração animal, rodízio de terras, domesticação e melhoramento de espécies e variedade, e integração com a natureza.

Comerford (1999), ao analisar o sistema agrícola em crise lembra que muitas pessoas não percebem que por trás do aumento da produção de alimentos alcançado em muitas partes do mundo, ao longo dos últimos trinta anos, e de todos os problemas ambientais e sócio-econômicos que acompanham este sistema existe uma rede invisível de interesses. O “sistema” é algo como uma rede invisível de centros internacionais de pesquisa científica, mantidos e controlados pelos financiadores situados nos países do Norte. Trinta anos após o início da revolução verde, o “sistema” que foi ostensivamente montado para alimentar o mundo, está atolado em uma crise profunda e decisiva. Diante dessa crise é necessário buscar contribuições de todos para que se encontre uma solução criativa e ousada.

A agricultura familiar é muito importante no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul. Produz boa parte dos alimentos e das matérias primas para a agroindústria; emprega muitas pessoas, é uma maneira de representar e manter uma cultura muito rica de significados e aprendizados que são importantes para toda a sociedade brasileira. Em termos econômicos, tomado um dado de um estudo realizado pelo projeto cooperação FAO/INCRA, gera uma renda de R\$ 241,00 por hectare no Sul do Brasil, contra uma renda de R\$ 99,00 da agricultura patronal (CNDRS, 2002).

A agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul compõe-se de aproximadamente 400.000 propriedades rurais distribuídas desigualmente pelo território gaúcho. Encontram-se regiões onde o número de agricultores familiares e da produção agropecuária é bastante expressiva como a região do Alto Uruguai e da Serra; e outras onde as propriedades familiares têm menor expressão, como é o caso da região da Campanha. Essas

diferenças originam-se de vários fatores, tais como a ocupação original das regiões de infraestrutura, agroindustrialização e comercialização de produtos (CNDRS, 2002).

A vida no dia-a-dia dos agricultores, das mulheres rurais, dos jovens, das crianças e dos aposentados, entretanto, não é simples nem muito fácil.

A atividade rural é algo muito sério e complexo. Além dos custos de produção e da oscilação dos preços, fatores comuns aos outros setores da economia, a atividade rural tem outras características que são, na maioria das vezes, imprevisíveis e fora do controle dos agricultores (CNDRS, 2002).

A análise regional apresentada no documento “Novo Retrato da Agricultura Familiar no Brasil - O Brasil Redescoberto” (MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000) demonstra a importância da agricultura familiar no país. A região Sul é a mais forte em termos de agricultura familiar, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região ocupando 43,8% da área e reproduzindo 57,1% do VBP regional, além de possuir a maior expressividade de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), Nacional. Na região Norte os agricultores familiares representam 85,4% dos estabelecimentos, ocupam 37,5% da área e produzem 58,3% do VBP regional (CNDRS, 2002).

O Centro-Oeste apresenta o menor percentual de agricultores familiares, representando 66,8% dos estabelecimentos e apenas 12,6% da área regional enquanto o Nordeste concentra o maior número de agricultores familiares distribuídos em cerca de dois milhões de estabelecimentos (88,3%). No entanto, a presença da ATER na região Nordeste obedece a uma relação inversa, ou seja, apresenta o menor índice de assistência técnica do país. Tal situação envolve desde fatores históricos da ocupação da terra até fatores sócio-econômicos. Quanto ao Sudeste, há na região cerca de 600 mil estabelecimentos familiares, representando 75,3% do total regional e cerca de 29% da área (CNDRS, 2002).

A eficiência da agricultura familiar pode ser demonstrada através da renda total por hectare. Os estabelecimentos familiares produzem em média R\$ 104,00/ha/ano contra apenas R\$ 44,00/ha/ano dos agricultores patronais. No que se refere à geração de postos de trabalho no meio rural brasileiro, a agricultura familiar, mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do pessoal ocupado (CNDRS, 2002).

O breve diagnóstico acima apresentado demonstra a necessidade do desenvolvimento de uma política de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) voltada para a agricultura familiar, não apenas pela representatividade da mesma, como também pelo volume de produção, eficiência, geração de empregos, enfim, uma conjugação de fatores sociais e

econômicos que determinam a necessidade de uma forte atuação dirigida a esse público (CNDRS, 2002).

A possibilidade de resultados a serem obtidos em termos de desenvolvimento local pela conjugação dos fatores empregabilidade, aplicação de tecnologias específicas, exploração de atividades não agrícolas na propriedade nas políticas governamentais, sendo a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) um dos melhores instrumentos para o sucesso dessas políticas (CNDRS, 2002).

### **2.1 Assistência técnica e extensão rural**

O serviço de assistência técnica e extensão rural constitui um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento rural. No Brasil esta importância torna-se maior se analisarmos a realidade do País e considerarmos o imenso problema social com que hoje nos defrontamos, ou seja, o elevado número de brasileiros que não tem acesso aos fatores básicos e indispensáveis da cidadania: alimentação, educação, saúde, emprego, e sustentabilidade. Por muitos anos o serviço de assistência técnica e extensão rural focalizou sua atenção na importância da adoção de novas tecnologias agropecuárias pelo produtor, procedimento que era considerado como única alternativa para o desenvolvimento do meio rural (LIMA NETO, 1999).

O conceito de desenvolvimento restringia-se à noção de crescimento econômico. Os principais indicadores de avaliação dos efeitos do serviço de assistência técnica e extensão rural eram o aumento da produção e da produtividade, entendido como quantidade física produzida em relação a área física trabalhada (LIMA NETO, 1999).

Nesse contexto, a tecnologia se destacava como único fator para o alcance de bons indicadores de resultados, chegando a ser mais importante que o próprio crédito rural, política pública responsável pela capitalização dos agricultores para a cobertura dos custos das inovações tecnológicas. Embora a adoção de inovações tecnológicas resultasse em aumento de produtividade, não necessariamente provocava aumento de renda para o agricultor. Isto levou inúmeros agricultores a criar resistência à adoção de inovações tecnológicas, gerando frustrações nos técnicos do serviço de extensão rural. Por muito tempo as políticas de geração de tecnologia, extensão rural e crédito foram formulados em gabinetes fechados, sem levar em conta os interesses e as necessidades dos agricultores. Estas políticas tinham como objetivo abastecimento do mercado, o aumento da produção e da oferta e a conseqüente diminuição dos preços, contribuindo desta forma para o combate à inflação (LIMA NETO, 1999).

O crédito rural subsidiado era direcionado para os produtos de interesse dos formuladores das políticas do governo e o agricultor reduzido a um mero fator de produção. A fragilidade da agricultura em relação a outras atividades econômicas uma vez que se trata de atividade de alto risco e de baixa rotatividade de capital (enquanto outras atividades do setor secundário e terciário da economia circulam dezenas de vezes o seu capital de giro em um ano, a agricultura consegue fazer isto, uma vez que com muita tecnologia, até três vezes no mesmo período) faz dela um setor transferidor natural de renda para os outros setores, necessitando, por isso, de políticas públicas diferenciadas que permitam ao agricultor se capitalizar (LIMA NETO, 1999).

O processo de modernização da agricultura, a partir da década de 1970, trouxe um conjunto de modificações dentro da lógica da agricultura no Brasil. Esse processo gerou um forte impacto no entendimento do formato de produção do conhecimento. A visão moderna de ciência introduziu a idéia de que a produção do conhecimento era unicamente realizada em laboratórios e centros de pesquisa dentro das universidades. O conhecimento científico passou a ser o único valorizado e certificado. Nesse arcabouço teórico da modernização dentro das ciências agrárias, o papel da extensão rural passou a ser entendido como uma espécie de correia de transmissão do conhecimento científico até os agricultores (COTRIM, 2013).

Os extensionistas teriam a função de replicar o conhecimento moderno e científico ao agricultor no sentido do avanço tecnológico que levaria ao progresso. Nessa concepção, os agricultores possuíam um conhecimento tradicional que não era acadêmico ou científico e por esse motivo eram atrasados dentro do processo de desenvolvimento. A adoção por eles dos preceitos científicos difundidos pela ação dos extensionistas seria o caminho do desenvolvimento, ou seja, a partir do avanço tecnológico ocorreria o crescimento econômico (COTRIM, 2013).

Na atualidade, vivemos um momento de transição da visão moderna da ciência para uma visão contemporânea, a qual entende a realidade como complexa e sistêmica, exigindo um esforço holístico para a tentativa da sua compreensão. Os conhecimentos tradicionais dos agricultores e os modernos ensinados nas universidades necessariamente precisam dialogar. Essa interface de saberes produz um novo conhecimento embebido nas realidades agroecossistêmicas e refletindo os princípios científicos (COTRIM, 2013).

Em uma sociedade que está vivendo um tempo de mudanças e que, entre as mudanças, começa a ver com bons olhos a importância do espaço rural como chave para o

desenvolvimento sustentável, é imperativo que os instrumentos de Estado se ajustem a este novo tempo (LIMA NETO, 1999).

Nesse sentido, vários esforços têm sido despendidos, a exemplo do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizado entre 04 e 08 de agosto de 1977, em Brasília, e que foi, em seguida, multiplicado nos Estados. Naquela ocasião, experiências internacionais foram conhecidas, vários temas foram debatidos, como descentralização, desenvolvimento rural, sustentabilidade, educação e capacitação, missão da Extensão Rural, gestão e estrutura da Extensão Rural, Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, relações interinstitucionais, modelo de descentralização agrícola e agrário, gestão e planejamento participativo, política pública de extensão rural, a nova extensão rural para a agricultura familiar. Vale destacar que este e outros eventos vêm acontecendo com a participação das organizações representativas dos agricultores familiares e técnicos de organizações governamentais e não governamentais que atuam na assistência técnica e extensão rural (LIMA NETO, 1999).

Apesar do esforço no sentido de ajustar as instituições a uma nova política para o setor, poucos foram os resultados obtidos até o momento. São vários os fatores que levam os conservadores a resistir às mudanças exigidas por este novo tempo, entre eles podemos destacar o corporativismo das pessoas e das instituições, o receio da perda de poder, o saudosismo de alguns dirigentes de um tempo que lhes era interessante, a crise do Estado (LIMA NETO, 1999).

O fato é que as instituições públicas já não atendem aos interesses da sociedade, que reclama por mudanças. Quando falamos em esgotamento, em estado de limite das instituições, não queremos reduzir o problema à crise institucional que vive o serviço público de assistência técnica e extensão rural, mas, também, à crise que também vive as instituições de pesquisa, universidades, saúde, educação, dentre outras (LIMA NETO, 1999).

É importante ter sempre em mente que, apesar de estarmos vivendo uma crise institucional generalizada, que isto não venha servir de pretexto para a acomodação de um serviço da maior importância para o desenvolvimento da agricultura familiar e que necessita passar por mudanças. Ouvir a sociedade e trabalhar com ela na busca dos seus interesses é básico para o desenvolvimento e a sustentabilidade das instituições numa democracia (LIMA NETO, 1999).

O serviço de assistência técnica e extensão rural, por estar presente na grande maioria dos municípios brasileiros e por ser o único instrumento do estado que vive em contato direto

com os agricultores e suas famílias, não pode ser considerado o único responsável pelo sucesso ou insucesso da conquista do desenvolvimento, da sustentabilidade e da cidadania dos agricultores e de suas comunidades (LIMA NETO, 1999).

Estamos convencidos de que quem faz o desenvolvimento não são as instituições públicas nem os programas de governo, mas sim as pessoas que se beneficiam dos serviços dessas instituições, e de que compete aos serviços de assistência técnica e extensão rural executarem, com eficiência e eficácia, a função que lhe é delegada pela sociedade: fazer extensão rural, ou seja, apoiar o desenvolvimento em parceria com as instituições responsáveis pelos serviços de pesquisa, educação e cultura, saúde, preservação ambiental, crédito rural e outras (LIMA NETO, 1999).

Estamos também convencidos de que, neste novo tempo, o verdadeiro papel da extensão rural passa a ser o de provocar e auxiliar as mudanças sonhadas e desejadas pelos cidadãos que vivem no meio rural. E de que neste cenário, o agente de mudanças – o extensionista rural – deve entender a necessidade de assumir, cada vez mais, o papel de auxiliar do desenvolvimento local, por um lado, incorporando no seu dia-a-dia os interesses dos agricultores, suas famílias e suas organizações e, por outro lado, colocando-os acima dos interesses da instituição da qual faz parte (LIMA NETO, 1999).

A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira. As ações de extensão rural no Brasil foram institucionalizadas nacionalmente há mais de 50 anos. O tema da Extensão Rural está em permanente discussão, tanto na academia quanto entre os formuladores de políticas públicas, bem como entre extensionistas. Há diversos estudos, no Brasil e no exterior, enfocando aspectos históricos, modelos e sistemas, metodologia de ação, formas de organização e casos diversos. Entretanto, aparentemente há uma carência de estudos sobre a regulação desta atividade (PEIXOTO, 2008).

Não desconsiderando que existe hoje todo um conjunto de teorias e estudos sobre o processo de comunicação, ressaltamos o fato de que Paulo Freire já levantava em 1968 a crítica ao processo de extensão rural, por então apresentar um fluxo de informações unidirecional e impositivo, defendendo um processo efetivamente comunicativo, dialógico, de troca de saberes, a ser estabelecido entre o técnico e o produtor rural (FREIRE, 1982).



Embora ações extensionistas estejam registradas na história da Antiguidade, contemporaneamente o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades inglesas na segunda metade do século XIX. No início do século XX, a criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de universidades americanas, conhecidas como land-grant colleges, consolidou naquele país, pela primeira vez na História, uma forma institucionalizada de extensão rural (JONES & GARFORTH, 1997).

O termo extensão rural não é autoexplicativo. Desde a implantação do modelo cooperativo de extensão americano foram muitas as iniciativas de conceituação de extensão rural. Os conceitos evoluíram com o tempo e as mudanças conjunturais e particularidades da dinâmica e estrutura socioeconômica e cultural de cada país (PEIXOTO, 2008).

Não é objetivo de este trabalho fazer uma revisão bibliográfica dos diversos conceitos propostos. Entretanto, propomos aqui que o termo extensão rural possa ser conceituado de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política. Argumentamos que, como processo, extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, como processo, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza sejam conhecimentos técnicos ou não (PEIXOTO, 2008).

Neste caso, a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Ater, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica (PEIXOTO, 2008).

Observa-se que a literatura estrangeira sobre o tema não adota uma separação entre os termos assistência técnica e extensão rural. Em inglês o termo mais usado é *agricultural extension*, mas também são empregados os termos rurais *extension* ou *agricultural advisory service* (serviço de consultoria agrícola). Dificilmente uma ação de extensão rural deixará de abranger ações de assistência técnica (PEIXOTO, 2008).

As indústrias produtoras de insumos e equipamentos, as revendas agropecuárias e as agroindústrias (processadoras de matéria prima agropecuária), em geral, prestam serviços melhor caracterizados como assistência técnica, através de suas atividades de vendas, pós-vendas ou de compras. Portanto, seu público alvo é composto, em geral, por médios a grandes

produtores rurais, mais tecnificados e capitalizados, com melhor nível de instrução, e que melhor se enquadram na categoria e agricultores patronais e empresariais. Para essa categoria de produção rural não se justifica a intervenção pública da extensão rural como meio de redistribuição de renda (os produtores já possuem renda elevada) ou de igualdade de oportunidade (produtores capitalizados e bem instalados têm condições de criar as próprias oportunidades de sucesso). Restaria, apenas, a hipótese de instituições públicas atuarem para fomentar e difundir novas técnicas produtivas, geradoras de externalidades positivas para toda a população como barateamento de alimentos, aumento do saldo comercial do País com impacto positivo sobre toda a economia, etc. (PEIXOTO, 2008).

No segundo sentido, como instituição ou organização, freqüentemente encontrarmos textos dizendo, por exemplo, que “a extensão rural desempenha nos estados um papel importante no processo de desenvolvimento dos pequenos produtores”. Aqui “a extensão rural” refere-se às organizações estatais dos estados, prestadoras dos serviços de Ater. A expressão “extensão rural” é entendida, neste caso, como a instituição, entidade ou organização pública prestadora de serviços de Ater nos estados, cuja origem e história serão abordadas na seção seguinte deste texto. O termo extensão rural também pode ser entendido como uma política pública. Neste caso referimo-nos às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais) ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas (PEIXOTO, 2008).

É sobre tudo à aplicação deste terceiro sentido do termo extensão rural que o presente Estudo se dedica, uma vez que, no sentido de processo, já há muitos trabalhos realizados (embora a necessidade da ampliação e renovação de tais estudos nunca se esgote), assim como sobre as instituições estaduais de Ater e sua história. Ainda em relação ao terceiro sentido do termo, há uma relação entre a política e o modelo de extensão rural resultante, adotado por um país, e as estruturas institucionais que se consolidam. Conforme uma ou outra forma de prestação do serviço seja privilegiada (pelo Estado e/ou pela sociedade) é possível identificar, em linhas gerais, o modelo adotado, que pode ser público ou privado, pago ou gratuito (PEIXOTO, 2008).

Nesse sentido, quatro modelos básicos podem coexistir: público e gratuito; público e pago; privado e gratuito; e privado e pago. No Brasil privilegiou-se, ao longo do tempo, o primeiro modelo (público e gratuito), hoje direcionado prioritariamente para os agricultores familiares e exercido pelas instituições estaduais de Ater. Neste estudo prevalecerá uma

interface do sentido legal (política) com o sentido institucional (organização), uma vez que o modelo de extensão rural privilegiado no Brasil foi o público gratuito (PEIXOTO, 2008).

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado no Município de Monte Alegre dos Campos/RS, no período de março a dezembro de 2015 e buscou avaliar quais os aspectos que influenciaram a transição da condição de empregado para agricultor familiar e o impacto desta mudança sobre as condições socioeconômicas destas pessoas, bem como quais as condições ou motivos que mantém este produtor na agricultura familiar.

Para o levantamento de dados, utilizou-se um questionário pré-estruturado (Apêndice 01) onde entrevistou-se cento e dois agricultores(as) familiares assistidos pela Emater, visando obter informações do desenvolvimento das famílias após a transição.

Para aplicar o questionário aos agricultores nesta condição, utilizou-se informações dos colaboradores da secretaria da agricultura, sindicato dos trabalhadores e empregados rurais e Emater local. O trabalho de pré-seleção da amostra foi realizado em parceria com a equipe das instituições mencionadas.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na identificação do que teve maior influência para transição da condição de empregado para condição de agricultor familiar obteve-se como resultados que o investimento familiar (34%), seguido do investimento após capitalização (28%) e a extensão rural (27%) representam a maior influência. Em menor grau parece a aposentadoria ou pensão (7%) e recebimento de herança (4%), conforme figura 01.

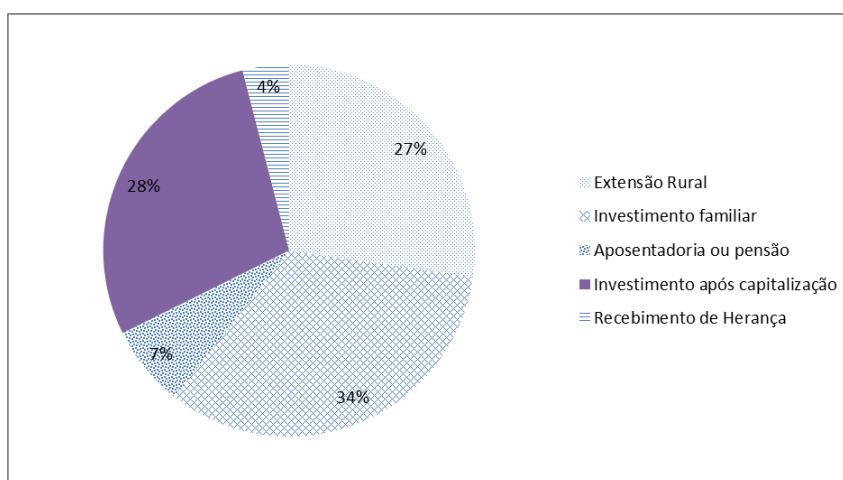


Figura 01 – Identificação do que teve maior influência na transição da condição de empregado para a condição de agricultor(a) familiar.

Elaborado pelos autores (2016).

Em relação avaliação do que influenciou para a permanência do agricultor e seu sucessor na atividade foi o acesso à tecnologia sendo este quesito apontado por 60% dos produtores e 63% dos sucessores (Figura 02).

Sobre a influência do crédito para a continuidade na atividade agrícola, observou-se que este influencia 25% dos produtores contra 17% dos sucessores. Uma explicação para a menor influência da disponibilidade de crédito sobre a permanência do sucessor na atividade rural é que este, provavelmente, receberá uma propriedade estruturada do antecessor, o que diminui a necessidade de crédito para a condução de suas atividades (Figura 02).

A influência da capacitação do produtor para sua continuidade na produção ficou em (13%) e para seu sucessor (5%) e a presença de programas sociais não influencia a permanência na atividade (Figura 02).

Contudo, o estudo mostrou que 2% dos produtores e 15% dos sucessores não pretendem continuar na atividade de agricultor familiar (Figura 02).

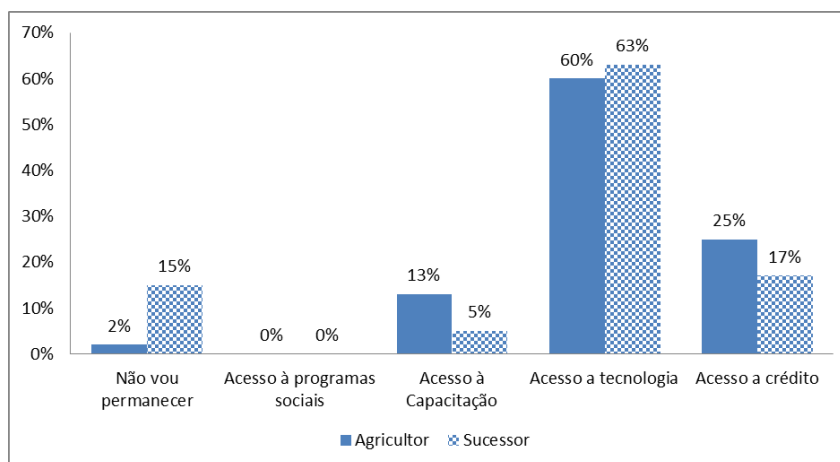


Figura 02 – Avaliação dos possíveis acessos que determina a permanência do agricultor e seu sucessor na atividade.

Elaborado pelos autores (2016).

No estudo observou-se uma evolução no que tange à dominialidade das áreas agrícolas. Anos atrás apenas 40% dos produtores eram donos das propriedades hoje são 79% após a transição de empregado(a) para agricultor(a) familiar (Figura 03).

A condição de cedência diminuiu de 30% para 6%, arrendatários de 16% para 11% e de subarrendatário de 14% para 4%, respectivamente após a transição de empregado(a) para

agricultor(a) familiar. Isso demonstra uma consolidação da permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola.

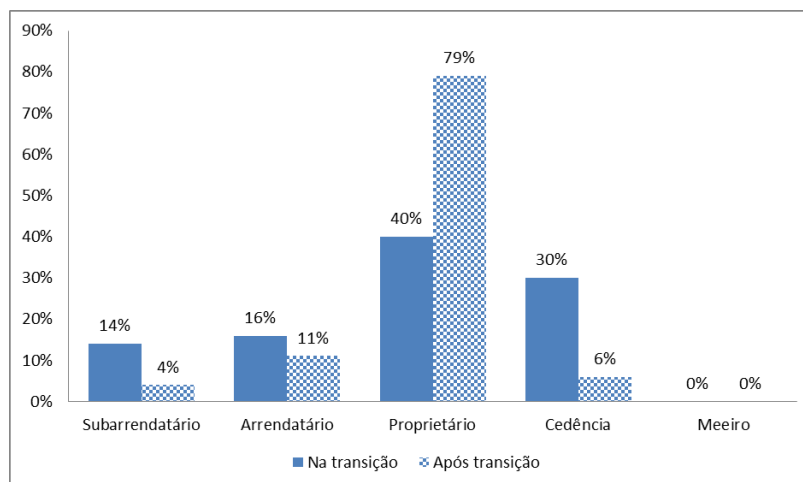


Figura 03 – Comparação do momento e após a transição de empregado(a) para agricultor(a) familiar a condição quanto à área de cultivo.

Elaborado pelos autores (2016).

Quanto aos programas de crédito, o mais acessado é o Pronaf com 73% produtores seguido por 19% dos que nunca acessaram nenhum tipo de credito, principalmente devido ao excesso de burocracia. Os programas aquisição de alimentos (PAA), mais água mais renda e chamada pública a maioria desconhece e apenas 2 a 3% acessaram (Figura 04).

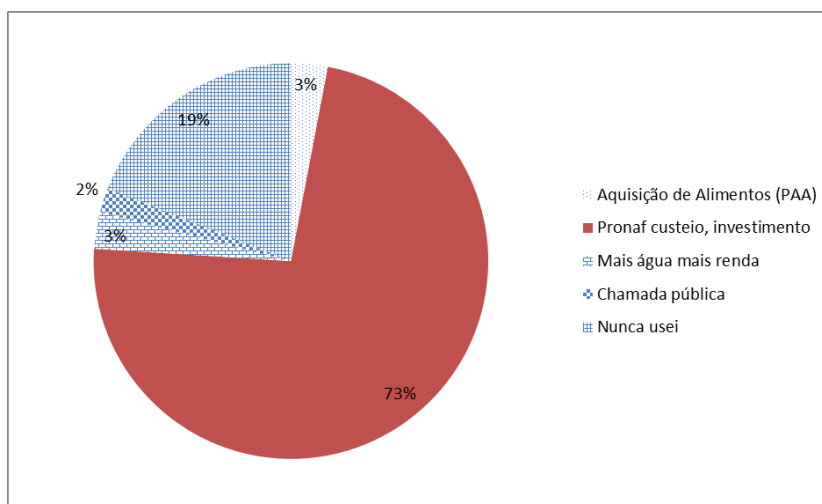


Figura 04 – Acesso dos produtores aos programas de governo.

Elaborado pelos autores (2016).

Em relação ao tempo de permanência na condição de agricultor familiar após a condição de empregado, observou-se 36% estão na atividade entre 14 a 20 anos, 26% entre 7 a 13 anos, 24% entre 0 a 6 anos (24%) e 14% com mais de 27 anos. Isso demonstra que a mudança de condição foi favorável para fixação do agricultor na atividade.

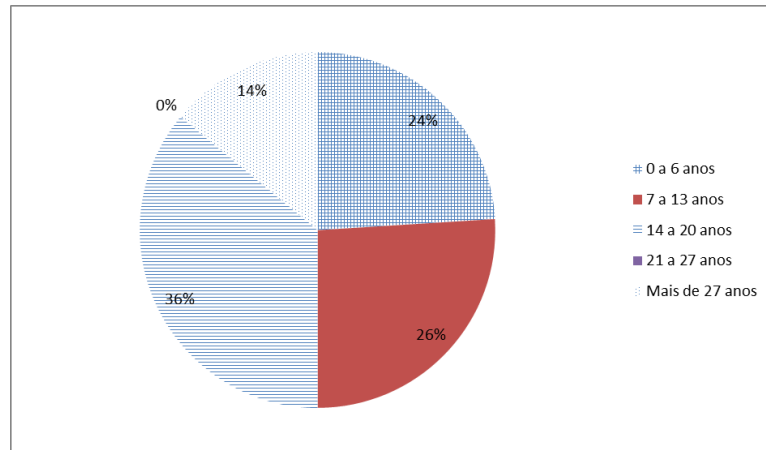


Figura 05 – Tempo de permanência na condição de agricultor familiar após a condição de empregado.

Elaborado pelos autores (2016).

Observando a força de trabalho, medida pela idade dos agricultores familiares, observa-se que 30% possui idade entre 42 a 53 anos, 27% entre 30 a 41 anos, 18% entre 18 a 29 anos, 11% entre 54 a 65 anos e 5% mais de 65 anos. Pode-se aferir que a composição da força de trabalho permite um bom desempenho das atividades agrícolas tendo em vista que a grande parte dos agricultores encontra-se me faixa etária de plena contribuição social.

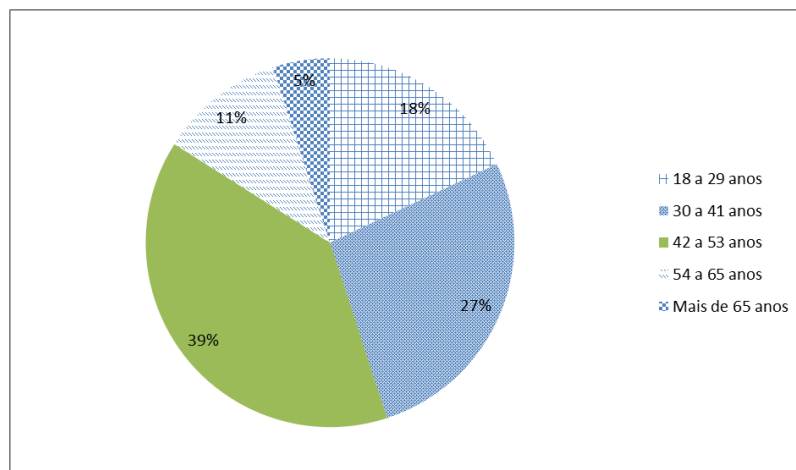


Figura 06 – Idade dos agricultores familiares para determinar força de trabalho.

Elaborado pelos autores (2016).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se a influência do acesso a tecnologia na permanência dos agricultores familiares e seus sucessores na atividade.

Verificou-se ainda que houve um aumento de proprietários desde o momento da transição de empregado para atualidade de agricultor familiar demonstrando a sustentabilidade da atividade.

O programa de crédito rural mais acessado pelos agricultores é o Pronaf.

## **REFERÊNCIAS**

COTRIM, D. (Org.). Textos selecionados: produção acadêmica da Ascar. Emater/RS-Ascar, Porto Alegre, RS, 2013.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

JONES, G.E. & GARFORTH, C. “The history, development, and future of agricultural extension”, in Swanson, Burton E., Bentz, Robert P. and Sofranko, Andrew J. (eds.). *Improving agricultural extension - A reference manual*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 316 p, 1997.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). 154 pp. 1999.

LIMA NETO, P. C., Artigo apresentado no Seminário “Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade”. **Revista de Política Agrícola**. Ministério da Agricultura e do Abastecimento- Ano VII, n° 03, jul/set, 1999.

PEIXOTO, M.. Marcos legais dos serviços precursores de ATER no Brasil. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural ConbATER**, Londrina, 2008.

CNDRS- <http://www.mda.gov.br> - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2002. Pesquisado em 18/12/2015.